



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9126 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

(DES) MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PELA EDUCAÇÃO: A POTÊNCIA DA
AÇÃO PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO DE APRENDIZAGEM

Clarissa Haas - IFRS - Instituto Federal Rio Grande do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERGS

(DES) MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PELA EDUCAÇÃO: A POTÊNCIA DA AÇÃO PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO DE APRENDIZAGEM

Resumo: O presente texto aborda a (des)patologização da vida a partir da potência da ação pedagógica. Contemplando a narrativa como método de pesquisa, trata-se as práticas pedagógicas como o dispositivo capaz de deslocar um sujeito da condição de patologização a de sujeito de aprendizagem. A literatura da área tem apontado as implicações dos contextos escolares na produção de diagnósticos baseados em uma racionalidade médica quanto às formas de ser e conviver em sociedade. A aposta é que a construção de alternativas está para o contexto escolar tanto quanto à restrição delas. Descreve-se e analisa-se cenas de diferentes momentos da trajetória escolar de um estudante com deficiência física, com foco prioritário na sua escolarização no ensino médio técnico em um instituto federal. Sustentam a narrativa fontes orais e documentais. Busca-se mostrar as evidências de que o reconhecimento do sujeito como capaz de aprender é dependente do espaço que a ação pedagógica ocupa na narrativa.

Palavras-chave: (des)medicalização da vida; ação pedagógica; narrativa; currículo.

1 “A INFORMAÇÃO CONSTA DE DIFERENÇAS QUE FORMAM UMA DIFERENÇA” (BATESON, 1986, p. 107)

A citação que intitula esta seção é uma elaboração de Gregory Bateson¹ (1986). O estudioso entende a informação como a notícia de uma diferença, ou seja, de uma mudança no estado de relacionamento entre as partes de um sistema, o que torna possível diferenciar um evento antes e um depois, um evento mais e um menos, um evento interno e um externo, etc. Penso que podemos substituir a palavra informação por práticas pedagógicas e ler a assertiva da seguinte forma: as práticas pedagógicas constam de diferenças que formam uma diferença, ou seja, as práticas pedagógicas produzem diferença. Proponho o seguinte questionamento: como as práticas pedagógicas podem constituir-se como a diferença capaz de deslocar um sujeito da condição de patologização e fracasso escolar a de sujeito de aprendizagem?

Reconheço que a pergunta se torna muito ambiciosa, quanto mais longe se olha para trás na história da instituição escolar e na sua relação com a temática currículo e educação especial. Quando olho para trás, lembro-me que o modelo curricular que temos hoje, que fragmenta o conhecimento e o tempo em partes, remonta ao século XVII, desde a Didática Magna de Jan Amos Comenius (1592-1670) e percebo que a produção de diferença em educação é um processo lento e delineado por mudanças sutis.

No que se refere às diretrizes nacionais da educação especial à inclusão escolar identifiquei saltos qualitativos, embora os direcionamentos do governo federal (a contar de 2016) venham de encontro à perspectiva da educação inclusiva. Dentre os desafios que se impõem no contexto das práticas pedagógicas, persiste a necessidade de investimento na aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. Neste viés, a restrição do acesso ao currículo escolar vem sendo tangenciada pela leitura patologizante dos sujeitos, ou seja, a aposta nas práticas pedagógicas e no aprender desses estudantes é afetada pela produção de diagnósticos que insistem em compreender a singularidade como desvio ou incapacidade dos sujeitos (COLLARES, MOYSÉS, RIBEIRO, 2013; FREITAS, 2013; ANGELUCCI, 2015).

Deste modo, neste estudo de natureza qualitativa ampara-me na narrativa como abordagem metodológica, concebendo que o reconhecimento da diferença envolve a composição de narrativas com os sujeitos do cotidiano acerca dos fluxos relacionais e processuais que se estabelecem em torno do ato educativo.

Opero com os conceitos de “lugar” e “espaço”, do modo definido por Certeau (2012). O autor define lugar como uma configuração instantânea de posições e de estabilidade; e espaço como um lugar praticado, no qual ocorre uma confluência de operações que o orientam, temporalizam, circunstanciam, levando a agir como uma unidade complexa, cujos arranjos de convivência, ora são contratuais, ora são conflituosos. Logo, a narrativa em foco aborda a trajetória escolar de um estudante com deficiência física associada à paralisia cerebral, com olhar prioritário ao ensino médio técnico em um instituto federal.

2 A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A PARTIR DA LITERATURA

Conforme Schneider (1985), a nomeação do suposto desvio individual do padrão de normalidade mascara uma “patologia social” (SCHNEIDER, 1985, p. 67), ou seja, o sujeito é desviante porque foi contaminado por um ambiente patológico que busca critérios objetivos para classificar comportamentos impossíveis de serem interpretados objetivamente. “O desvio não é uma característica que seja encontrada no indivíduo, mas um veredicto anunciado acerca desse indivíduo por um grupo social” (SCHNEIDER, 1985, p. 71).

As investigações no campo da educação têm dado visibilidade a essa temática nos últimos anos, apontando a estreita participação da instituição escolar na construção do discurso de normalidade. No âmbito do Grupo de Trabalho da Educação Especial (GT 15) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) este assunto teve destaque em dois anos consecutivos nas reuniões nacionais, por meio das pesquisas de FREITAS (2013) e ANGELUCCI (2015).

Freitas (2013) afirma que a medicalização vai além do ato de prescrever medicação, tratando-se de uma engrenagem que coisifica a vida ao transformar as

problemáticas de âmbito social em problemas de saúde. A autora destaca o aumento expressivo do diagnóstico do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) tutelando os modos de ser e viver das crianças pequenas na escola. Enfatiza que a cultura da medicação reconhece sinais e sintomas e esquece o sujeito.

Angelucci (2015) aborda a influência dos processos de patologização da vida na identificação do público-alvo da educação especial, instigando a reflexão quanto à classificação da diferença ou da singularidade como expressão de um estado patológico do sujeito. Afirma que a medicalização da vida generaliza e naturaliza os ideais de corporeidade, analisando a submissão da educação aos saberes da saúde.

Pactuo do entendimento de Angelucci (2015) quanto ao papel formativo das narrativas. A autora sinaliza a necessidade de que as conversações sejam utilizadas como dispositivo educativo e evidencia a complexidade que envolve sustentar o compartilhamento de experiências entre os educadores. “Experiências que [...] implica disposição de conhecer o(a) outro(a) e que pede tempo para construir aproximações entre nós.” (ANGELUCCI, 2015, p. 13).

Entendo que as narrativas podem ser uma forma de pôr em destaque as singularidades do sujeito ao invés da suposta incapacidade. Na seção seguinte, lanço-me nesse intento.

3 A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE ALBERTO

O contexto que permitiu o encontro com o sujeito que nomeio de modo fictício como Alberto trata-se de uma instituição federal de educação, ciência e tecnologia da região sul do país, na qual há a oferta da educação profissional e tecnológica, em nível médio e superior.

Nesta instituição, os serviços de apoio pedagógico aos estudantes público-alvo da educação especial são mediados pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas² (NAPNE). Os NAPNEs são núcleos de acessibilidade, cuja estrutura em cada instituição é bastante singular. No caso da instituição em foco, o NAPNE atua mediante a composição de equipes de voluntários da comunidade acadêmica interna e externa e a maior parte dos profissionais especializados são decorrentes de contratação temporária. Cabem aos profissionais que integram o grupo estabelecer conversações regulares e criativas na busca de alternativas à escolarização dos estudantes tratados como “difíceis” de aprender, por meio de ações de pesquisa, ensino e extensão.

Portanto, meu lugar de fala é comopesquisadora e integrante deste Núcleo desde 2019, no qual venho buscando efetivar uma contribuição pela via da pesquisa acerca da relevância da “documentação pedagógica” (MELLO, BARBOSA, FARIA, 2020) como memória das práticas educativas para fins de sistematização, reflexão, comunicação e formação docente. O relato que passo a fazer baseia-se em fonte oral, pela via do testemunho próprio daquilo que permanece como rastro do vivido; e em fontes escritas, por meio dos registros pedagógicos acerca de Alberto existentes na instituição.

Alberto ingressa no instituto federal em 2018 com 15 anos de idade como estudante do curso de ensino médio integrado ao técnico de fabricação mecânica. Tem limitações motoras dos membros superiores e inferiores. Seus movimentos nas mãos são mínimos e tem uma certa dificuldade para segurar os objetos. Faz uso de

uma cadeira de rodas motorizada. Realiza diversos tratamentos clínicos de reabilitação com equipe multiprofissional.

Na escola de ensino fundamental, conforme narrativa de sua mãe seu lugar de sujeito era aquele a quem se atribui um tratamento de “coitadinho”. No instituto federal, inicialmente, seu corpo estranho aos padrões da normalidade causou insegurança aos professores. Sua limitação oral produzia a leitura equivocada de sujeito ausente de linguagem e de processos mentais complexos, sustentando a hipótese de comprometimento intelectual em um primeiro momento.

Contudo, a potência de estar na escola é que o contexto das relações que se trava entre os diferentes atores ultrapassa as expectativas do currículo prescrito. O currículo vivenciado e manifesto cotidianamente nas dinâmicas relacionais permite observar os sujeitos em sua humanidade para além da deficiência, evidentemente, para quem estiver disposto a escutar e suspender as certezas reducionistas. Conforme Ferraço (2012), a produção de um currículo comum é potencializado pela experiência compartilhada (FERRAÇO, 2012).

O lugar de Alberto começa a ser alterado a partir das cenas possíveis³ nos intervalos das aulas; na docência de algumas áreas curriculares, na resistência do próprio sujeito à condição que lhe foi originariamente imposta utilizando-se de “táticas” (CERTEAU, 2012) para confrontar os limites a ele impostos; e no papel sustentado pelos profissionais da educação que estiveram abertos à escuta sensível, compartilhando as narrativas nas reuniões docentes e em outros momentos coletivos.

A ação pedagógica amplia o espaço de Alberto como estudante e produz o seu reconhecimento na instituição como um sujeito de aprendizagem. Contudo, esse espaço não está garantido, precisa ser construído constantemente pelos docentes e pelo próprio estudante frente aos elementos de imprevisibilidade. A narrativa e a constituição de memória pela via da documentação pedagógica auxiliam a sustentá-lo como sujeito de aprendizagem no ano letivo seguinte, perante os novos desafios intensificados pelo contexto do ensino remoto decorrente da pandemia da covid19.

4 “A ARTE DO DIZER” (CERTEAU, 2012, p.142)

Ao nomear o conjunto dos fatos referentes à vida escolar de Alberto como “trajetória” reflito sobre o papel da escola como instituição onde todos aprendem juntos, tornando-se sujeitos de aprendizagem. Trato a narrativa como a forma com a qual experienciamos nossa humanidade, apoiando-me na pista de Certeau (2012) de que o relato oferece ao discurso científico um modelo metodológico ou “uma arte do dizer” (CERTEAU, 2012, p. 142).

Articulo a hipótese de que a construção de alternativas está para o contexto escolar tanto quanto à restrição delas, tratando a ação pedagógica como potente para forjar espaços relacionais para os sujeitos e operar a des(medicalização) da educação pela educação. Confirmo esta premissa oferecendo à reflexão a história de Alberto. Sua narrativa anuncia o deslocamento de um sujeito patológico a um sujeito de aprendizagem por meio de uma ação educativa que dispensa as certezas e passa a tratar o cotidiano escolar como espaço de conversações. A abordagem contextual constrói a responsabilização dos docentes pela trajetória de Alberto no ensino médio, independente da sua história pregressa. Certamente, o desejo do sujeito em tornar-se um estudante autônomo, provocando o contexto a olhar para as suas necessidades também foi um aspecto determinante.

Como pano de fundo à composição da narrativa, defendo a necessária articulação entre currículo e educação especial, entendendo que o currículo praticado e narrado sustenta um processo de subjetivação dos sujeitos que não pode ser ignorado como temática dos processos formativos na escola.

REFERÊNCIAS

- ANGELUCCI, Carla Biancha. A patologização das diferenças humanas e seus desdobramentos para a educação especial. In: Reunião Nacional da ANPED, 37, 2015, out. 4-8, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015. Trabalho Encomendado GT15 – Educação Especial. Disponível em: [Trabalho-de-Carla-Biancha-Angelucci-para-o-GT15.pdf \(anped.org.br\)](#) Acesso em: 22 maio 2021.
- BATESON, Gregory. **Mente e natureza**. Tradução de Cláudia Gerpe. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. 232p.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 19. ed. 2012, 316p.
- COLLARES, Cecília A. Lima; MOYSÉS, Maria A. Affonso; RIBEIRO, Mônica C. França. **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.
- FERRAÇO, Carlos Eduardo. Currículo, cotidiano e conversações. **E-Curriculum**. v. 09, n. 02, 2012. Disponível em: [CURRÍCULO, COTIDIANO E CONVERSAÇÕES | Ferração | Revista e-Curriculum \(pucsp.br\)](#) Acesso em 22 maio 2021.
- FREITAS, Claudia Rodrigues. A medicalização escolar - epidemia de nosso tempo: o conceito de TDAH em debate. In: Reunião Nacional da ANPED, 36, 2013, set. 29 – out. 04, Goiânia, GO. **Anais...** Goiânia: UFG, 2013. Trabalho. GT15 - Educação Especial. Disponível em: [gt15_3149_texto.pdf \(anped.org.br\)](#) Acesso em: 06 jun 2021.
- MELLO, Suely Amaral; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (orgs.). **Documentação pedagógica: teoria e prática**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- SCHNEIDER, Dorith. “Alunos excepcionais”: um estudo de caso de desvio. In: VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**. Uma crítica da patologia social. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. P. 62-96.

Notas:

¹ Gregory Bateson contribuiu amplamente para a construção e difusão dos pilares de uma nova abordagem científica tratada como pensamento sistêmico, holístico ou ecológico.

² Nas normativas da instituição abordada nesta pesquisa, Necessidades Educacionais Específicas (NEE) são pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, transtornos funcionais específicos ou qualquer outra condição limitante da aprendizagem.

³ No texto completo produzido a partir deste resumo consta um maior detalhamento das cenas.